



CLIPPING

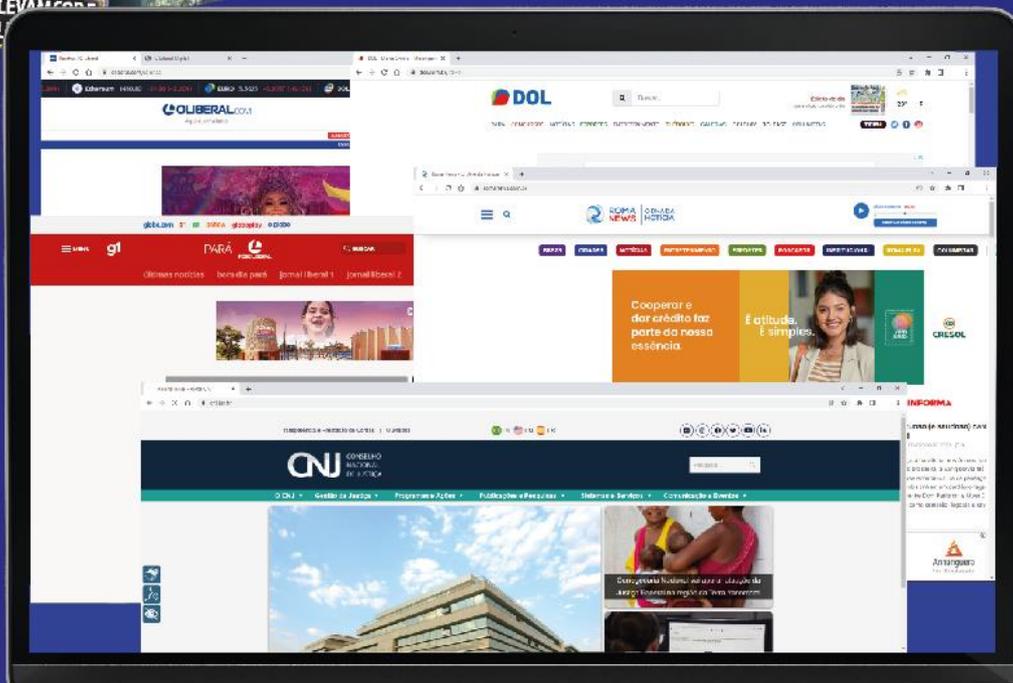
Sábado e Domingo
18 e 19
de Março
de 2023



SEU BOLSO SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.

DESFILÉ OFICIAL ESCOLAS LEVAM CORO BRILHO À AL



REPÓRTER

70

> CASSADOS JUSTIÇA

Três vereadores de Castanhal tiveram mandatos cassados de uma só vez pela Justiça Eleitoral. Na decisão, o juiz Daniel Bezerra Montenegro Girão, da 50ª Zona Eleitoral, cassou os vereadores Naldo do Imperial, Nenca da Cohab e Zezinho Lima, todos do Partido Social Democrata (PSD). Na decisão, o juiz afirma que acatou as provas de irregularidades na quota de gênero no registro de candidaturas para as eleições municipais de 2020, entre elas a insuficiência nas candidaturas proporcionais para as mulheres, falhas na relação das mulheres candidatas e até uma confissão de candidatura fake, ou seja, de fachada, apenas para o partido receber o dinheiro do fundo partidário.

AMEAÇAS

Na audiência, a candidata Camila Diógenes confessou à Justiça Eleitoral ter atuado como candidata de fachada pelo PSD. Ela também disse que está sendo ameaçada por um dos três vereadores em questão, agora oficialmente cassados. As ameaças serão apuradas.

RECURSO

A notícia caiu como uma bomba sobre a Câmara de Vereadores de Castanhal, abrindo três vagas na Casa. Ao receber a sentença de cassação, os três vereadores entraram de imediato, nesta sexta-feira, com recurso contra a decisão. Se o recurso for negado, assumem as vagas os suplentes Sirley Damasceno (PV), Beto Leão (Podemos) e Luiz da Propira (PSB).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VIOLAÇÃO SEXUAL

Médico é preso após TJPA decretar a sua preventiva por abuso a pacientes

Um médico ginecologista identificado como Orlando Veiga Filho foi preso na manhã de ontem sob suspeita de violação sexual, em Tucuruí, no sudeste do Pará. A prisão preventiva ocorreu após mandado expedido pela 1ª Turma de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará no último dia 3 de março. O médico já havia sido preso anteriormente em julho de 2020, mediante denúncia de uma vítima que o acusou pelo mesmo crime. Na época, as investigações ficaram a cargo da Delegacia do Breu Branco. Seguindo com as investigações, foi constatado que outras mulheres também foram denunciaram o médico. Ele também é indiciado e processado na Comarca de Tucuruí.

Até a prisão, ontem, Orlando estava em liberdade provisória. O Tribunal de Justiça expediu o mandado de prisão após julgar recurso do Ministé-

rio Público. O mandado de prisão foi encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Breu Branco na última quinta-feira (16). Agora, Orlando segue à disposição da Justiça.

Em nota, o Conselho Regional de Medicina do Pará (CRM-PA) informou que efetivou, ainda no ano de 2020, todas as medidas legais previstas na Lei nº 3.268/57 e Resoluções do Conselho Federal de Medicina, a fim de apurar o fato. O profissional encontra-se "suspense" por ordem judicial até a presente data, ainda segundo o conselho. "No entanto, em razão da ausência de maiores subsídios, inclusive pela falta dos documentos solicitados por este Regional, o procedimento encontra-se sobrestado. Todavia, em razão da notícia veiculada, será novamente requerida a documentação pertinente para viabilidade da apuração do fato. Ressaltamos

que os procedimentos no âmbito dos conselhos de medicina tramitam sob sigilo, conforme artigo 1º, do Código de Processo Ético Profissional", detalhou o comunicado do CRM.

SINDICATO

Também por meio de nota, o Sindicato dos Médicos do Pará (Sindmepa) comunicou que "...não compactua com o mau comportamento de um médico no exercício da profissão ou não. No caso em tela, o médico tem o direito constitucional à defesa dentro dos mecanismos legais do Judiciário brasileiro, e deve exercê-lo."

A Polícia Civil detalhou que, caso haja mais mulheres que foram vítimas do médico e que ainda não procuram a justiça, elas devem entrar em contato com a equipe da Delegacia do Breu Branco. O telefone de contato é o (94) 99917-4740.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****JUSTIÇA**

A presidência do Tribunal de Justiça do Pará publicou portaria criando um grupo de trabalho para revisar o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCRR) dos servidores do órgão. A medida atende ao anseio antigo dos servidores que encontrou eco na gestão da presidente Maria de Nazaré Gouveia dos Santos. O GT será formado por servidores e assessores das áreas de gestão, administração e planejamento do TJPA. A representante do Sinjep será Juliana da Costa Vilhena, enquanto Antônio Lúcio Cristo será o representante do Sindju.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**SÁBADO**

Diário do Pará

**CINCO MIL PÉS DE MACONHA
SÃO QUEIMADOS NO INTERIOR.**
PÁGINA 2

POLÍCIA**PRESO POR ABUSO SEXUAL****ADOLESCENTE
FOI A VÍTIMA****DENÚNCIA**

JR Avelar

Qualquer tipo de abuso sexual é abominável e quando envolve criança, e ainda por cima parente, poderia ser classificado nas leis do país como crime hediondo, com penas mais severas.

No município de Ponta de Pedras, no arquipélago marajoara, em meados do ano passado, a Polícia Civil vinculada à Superintendência Regional do Marajó recebeu notícias de que uma criança, havia sido vítima de abusos sexuais por um parente próximo.

Após ter sido iniciada a investigação policial, foram realizados depoimentos, escuta especializada, perícias e diversas diligências "in loco", a fim de esclarecer as circunstâncias dos fatos narrados, se reunia indícios fortes de que Ivanildo Barbosa dos Santos seria, de fato, o autor dos abusos investigados pelas autoridades na cidade.

A investigação indicou também que os abusos ocorreram mais de uma vez, inclusive, em duas oportunidades, ocorrendo conjunção carnal. Diante de todos os fatos, considerando a periculosidade do suspeito e a proximidade física entre vítima e o abusador, a autoridade policial representou pela prisão preventiva do mesmo a qual foi decretada pelo juiz de Ponta de Pedras.

MANDADO

De posse do mandado, imediatamente, a Polícia Civil, por meio do delegado e investigadores lotados em Ponta de Pedras, deflagrou uma operação policial, obtendo êxito em efetuar a prisão de Ivanildo Barbosa dos Santos, conseguindo, assim, resguardar a integridade física e moral da vítima.

Ele foi encaminhado à delegacia de Polícia Civil do município, onde se encontra encarcerado aguardando disponibilidade no Sistema Penal e o fato comunicado a justiça. Ivanildo Barbosa dos Santos responde pelo artigo 217-A do Código Penal Brasileiro.



Ivanildo Barbosa dos Santos é investigado por um crime cometido contra uma vítima de 12 anos de idade
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> JUSTIÇA SATISFAÇÃO

Sete a cada dez usuários da Justiça paraense estão insatisfeitos com a duração dos processos. O índice de satisfação foi de apenas 29,22%. Esse dado faz parte do Relatório da Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário do Estado Pará 2022. O levantamento foi feito pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do Tribunal de Justiça do Pará e ouviu partes, advogados, defensores, procuradores do Estado e dos municípios, além de membros do Ministério Público. “O resultado sugere a necessidade de priorização de ações que assegurem a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”, avaliou o Tribunal no documento.

SERVIDORES

O relatório trouxe também o nível de satisfação com atendimento feito pelos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Pará, cujo percentual de aprovação foi de 47,28%. Já a satisfação com os magistrados ficou em 46,02%. Nos dois casos o Tribunal de Justiça do Pará informou que “já vem desenvolvendo ações de capacitação com o objetivo de melhorar a prestação de serviços”. O índice geral de aprovação do Poder Judiciário paraense ficou em 50,74%, ligeiramente acima da meta de 50% estabelecida para 2022.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br


Walbert Monteiro

walbert-monteiro@hotmail.com

OPINIÃO

O sesquicentenário do TJPA (parte I)

O Decreto 2342, assinado pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Manuel Antônio Duarte de Azevedo, e rubricado pelo Imperador D. Pedro II, em 6/8/1873, criou 7 Tribunais de Relação no Brasil que, até então, só possuía os da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco. Nasceram os do Pará, Minas Gerais, Mato Grosso, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás, que só viriam a ser instalados em fevereiro do ano seguinte.

Na reunião do Tribunal Pleno, realizada no último dia 15 de fevereiro, a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, Presidente do TJPA, declarou aberto o Ano do Jubileu e criou uma Comissão Especial, presidida pela desembargadora Célia Regina Pinheiro, ex-presidente, para organizar uma programação condigna que celebre tão

auspicioso acontecimento.

As origens da implantação da justiça no território paraense remontam ao Alvará de 7/11/1619 determinando a instalação de uma Ouvidoria Geral na Capitania do Maranhão que englobava o Grão Pará (Belém havia sido fundada 3 anos antes). O historiador Palma Diniz assevera que, em 1636, fora nomeado João de Melo como primeiro Juiz Ordinário. Os Juizes Ordinários existiram até 5/5/1753, pois a Carta Régia dessa data extinguiu o cargo, passando o Senado da Câmara a ser presidido por um Juiz de Fora que englobava atribuições para as áreas cíveis e criminais até 1758 quando se criou uma Junta de Justiça do Pará, presidida pelo governador da Província e da qual faziam parte o Ouvidor, o Intendente, um Juiz de Fora e 3 Vereadores. Era um órgão recursal, mas com nível inferior às Relações.

As Comarcas mais an-

tigas, depois da do Pará (sede em Belém), são Joannes (compreendia Chaves, Soure, Salvaterra, Monforte e Monsarás) até 1833 e as que foram criadas na sessão de 10 de maio des-

**As origens da
implantação
da justiça
no território
paraense
remontam
ao Alvará de
7/11/1619**

se ano do Conselho do Governo da Província do Grão Pará: Ourém, Bragança, Cintra (Santarém Novo e Salinas), Chaves, Cametá, Baião, Oeiras e Melgaço. Quatro dias depois foram criados os Termos de Porto de Moz, Macapá, Monte Alegre, Óbidos, Faro e Santarém, entre outras.

O Tribunal da Relação do Grão Pará (compreendia, também, o atual Estado do Amazonas) foi solenemente instalado às 10h30 do dia 3/2/1874, no segundo andar do prédio nº 30 da Rua João Alfredo (então conhecida como Rua dos Mercadores), alugado ao seu proprietário Geraldo Anônimo Alves Filho. O primeiro presidente foi o desembargador baiano Ermano Domingos do Couto que, nessa sessão, teve ao seu lado o Presidente da Província, Pedro Vicente de Azevedo.

Com a Proclamação da República, a Constituição de 1891 promoveu uma nova organização judiciária e os Tribunais da Relação passaram a ser designados como Tribunal Superior de Justiça.

Nos próximos artigos daremos sequência a essa sinopse histórica.

Walbert Monteiro é membro das academias paraenses de Letras e de Jornalismo, e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CASO LUMA BONY

“Hétero Top” é acusado de vários crimes

FICHA - Documentos apontam ameaças de acusado à própria família e suposto envolvimento com tráfico de drogas

ANA LAURA CARVALHO
Da Redação

Documentos públicos que podem ser consultados no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA) apontam que, além da divulgação de vídeos íntimos de mulheres nas redes sociais, Maurício César Mendes Rocha Filho, o “Hétero Top”, 25 anos, tem longo histórico de agressividade, ameaças contra pessoas da própria família e até um suposto envolvimento com tráfico de drogas, como a madrasta do rapaz relatou à Polícia Civil, em janeiro de 2021. Em boletim de ocorrência registrado pela madrastra na Delegacia Especiali-

zada no Atendimento à Mulher (Deam) há a informação de que ele “posta que reside no endereço da declarante, inclusive para cobrança de tráfico de drogas”.

Maurício Filho está preso desde dezembro do ano passado na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará. Ele é acusado de vazar vídeos íntimos de mulheres, entre elas a influenciadora digital Luma Bonny, de 23 anos. O crime ocorreu em 6 de novembro de 2022. Dois dias depois, Luma se jogou do sétimo andar de um prédio do centro de Belém. A expectativa da família da jovem é de que o acusado

Maurício é perigoso, de comportamento inconsequente (...) ressaltando que o relatado já mostrou pornografia para seu filho menor”, declarou à polícia a madrastra do rapaz.



Maurício Filho está preso desde dezembro na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano

ANDRÉ LUCAS

seja julgado ainda neste primeiro semestre.

ESTUPRO

Outro documento a que a reportagem teve acesso chama atenção para o fato de que a madrastra também acusou o “Hétero Top” de mostrar pornografia para os filhos menores de idade.

Policiais civis da Deam estiveram na Cadeia Pública no dia 9 de março deste ano para dar cumprimento a um mandado de prisão preventiva contra Maurício pelo crime de estupro de vulnerável.

TIAS

Ainda conforme os documentos disponíveis no site do TJE-PA, as tias do rapaz chegaram a denunciá-lo pelos comportamentos violentos e acabaram sendo ameaçadas pelo pai do rapaz, Maurício César Mendes Rocha. Uma das tias também apresentou às autoridades policiais print de uma publicação feita pelo sobrinho, na qual ele ex-

põe a namorada nua em uma piscina.

Um dos episódios que constam na extensa ficha criminal de Maurício ocorreu em 2021, no sítio localizado na avenida Augusto Montenegro, bairro do Tenoné, em Belém, que pertence ao avô paterno do rapaz. Nas pá-

Ele é suspeito de ter causado a morte de influenciadora

ágina tanto pelo sobrinho quanto pelo próprio irmão, pai de Maurício. Nas redes sociais, o “Hétero Top” fazia questão de exibir conteúdos íntimos de mulheres com as quais se relacionava, bem como o lado agressivo e ameaçador. Conforme os documentos, no dia da confusão no sítio Maurício chegou a compartilhar uma foto da namorada. A jovem aparece nua em uma piscina com o rosto virado.

Em outra publicação, Maurício se dirige à tia responsável pelo sítio: “Cheguei para acabar com a paz” e “Meta a cara pra ver quantos olhos roxos e quantos dentes tu vai perder”, escreveu o acusado, se mostrando em uma foto de frente para o espelho.

Na mesma época, o “Hétero Top” publicou nova imagem, na qual escreveu: “No sítio da discórdia, sempre rindo, porque nem mesmo velhos abutres apagarão o meu brilho. Se tu não me conheces, mano, nem te envolve”.

ginas documentais analisadas pela reportagem, foi relatado que Maurício arrombou o local para levar a namorada. Uma das tias, responsável pelo espaço enquanto o avô de Maurício estava acamado em decorrência de covid-19, foi comunicada sobre o ocorrido e se deslocou para o sítio, onde repreendeu o acusado.

A partir disso, a mulher passou a ser ame-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado ameaçou a madrasta com faca

Também pelas redes sociais, o “Hétero Top” ameaçou a madrasta, publicando vídeos nos quais mandava a mulher denunciá-lo, em tom de deboche. Em uma dessas gravações, Maurício surgiu com uma faca em mãos, o que consta em boletim de ocorrência registrado em janeiro de 2021 pela madrasta na Deam. O documento traz ainda a denúncia de que o acusado dizia que ia “encher a declarante de porradas”.

“Maurício é perigoso, de comportamento inconsequente e que teme por sua integridade e de

seus filhos pequenos, ressaltando que o relato-do (Maurício) já mostrou pornografia para seu filho menor”, declarou à polícia a madrasta do rapaz.

OUTRA VÍTIMA

De acordo com a delegada Ana Paula Chaves, que preside o inquérito policial, em dezembro de 2022 uma vítima procurou a Delegacia da Mulher de Belém após a prisão do agressor por envolvimento na morte da influenciadora Luma Bonny.

“Durante atendimento na unidade especiali-

zada, a vítima informou que havia sido abusada sexualmente pelo suspeito. Com a realização de perícias, ficou comprovado que a vítima teve sérios ferimentos em decorrência do ato sexual”, contou a delegada.

“Nos relatos, o suspeito agia agressivamente, chegando a praticar violência física, além de ter um comportamento manipulador e que ameaçava publicar vídeos e fotos íntimas das vítimas se elas não fizessem o que ele queria, forçando suas vítimas a usarem drogas”, complementou a delegada Ana Paula Chaves.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ponto de vista



Hugo Leonardo Pádua Mercês é advogado, procurador de Defesa das Prerrogativas da OAB/PA e integrante da Associação Nacional da Advocacia Negra

Para além da representação: a representatividade no Sistema de Justiça

A decisão do Conselho Seccional da OAB/PA de aplicar paridade de gênero e cotas étnico-raciais nas eleições para o Quinto Constitucional da Advocacia do Tribunal de Justiça do Estado do Pará reveste a escolha de quem que ocupará a vaga no Desembargo do necessário debate sobre representatividade no Sistema de Justiça.

Este consenso foi fruto de um acúmulo coletivo dentro do Conselho Seccional: começou na Comissão das Mulheres Advogadas, avançou na Comissão de Defesa e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, repercutiu nas ruas e ganhou amplo apoio da Advocacia.

Tal iniciativa não é isolada. Há um esforço nacional voltado ao fortalecimento da representatividade nos espaços institucionais. Em 2022, por exemplo, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Lélvio Bentes Corrêa, instituiu o Grupo de Estudos de Gênero, Raça e Equidade, com o objetivo de enfrentar a discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho.

O Ministério Público, sob a coordenação da Subprocura-

dora-geral do Trabalho Sandra Lia Simón, vem empreendendo esforços para tratar da inserção das pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho desde 2019 e, mais recentemente, em 2022 chegou a incluir cotas para pessoas trans no concurso para a carreira de Procuradoria do Trabalho.

É visível, portanto, que o Sistema de Justiça está empreendendo esforços de inclusão dos grupos sub-representados nos espaços institucionais de poder.

Para além da inclusão destes grupos, o Sistema de Justiça tem reconhecido a necessidade de aperfeiçoamento de sua cultura institucional, já que as políticas afirmativas de representação dos grupos discriminados não são suficientes para encerrar os ciclos de exclusão e discriminação; é preciso que as instituições (e as próprias representações destes grupos) tenham letramento racial e de gênero.

Neste sentido, o Conselho Nacional de Justiça, por exemplo, criou em 2021 o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, normativa que vincula a atuação de todos os

órgãos judiciais no Brasil. Este protocolo insere o filtro de gênero como condição de legalidade na interpretação do direito.

No Pará não é diferente. Há um pacto republicano neste sentido. As instituições paraenses do Sistema de Justiça e seus agentes referendaram esse compromisso com a diversidade e o processo eleitoral para o Quinto Constitucional da Advocacia do TJPA será um grande momento de fortalecimento da luta antidiscriminatória. A sociedade precisa reconhecer sua diversidade (e complexidades) também nas pessoas que fazem a Advocacia, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

As advogadas e advogados que se apresentarem à disputa do Quinto Constitucional da Advocacia do TJPA e reivindicarem esta representatividade terão a oportunidade de apresentar o que fizeram nos últimos 10 anos na defesa dos direitos dos grupos que pretendem representar. É um momento que vai além da representação; o protagonismo é da representatividade.



HABEASDATA



Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera
do seu celular
para acessar
o conteúdo
multimídia.

Milton Nobre lança no dia 23 novo livro ficcional

Milton Augusto de Brito Nobre, jurista paraense de destaque nacional, advogado, ascendeu ao desembargo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pelo quinto constitucional, hoje aposentado e retornou à advocacia. É professor universitário, Notório Saber pela UFPA, Doutor Honoris Causa pela Unama e Cesupa. Com várias obras jurídicas publicadas, Milton Nobre, lançará no dia 23 de março de 2023, no Salão Nobre do TJPA, o livro NUNCA É CEDO PARA O AMANHÃ, romance ficcional com enredo apropriado para filme.



Desembargador Milton Nobre apresenta novo romance literário

Dia do Ouvidor é comemorado com café da manhã

O desembargador Mairton Marques Carneiro, ouvidor Agrário do TJPA, recebeu os convidados para um café da manhã na sede da Ouvidoria em comemoração ao Dia do Ouvidor, ocorrido dia 16 de março. Dentre as autoridades presentes, destaca-se o vice-presidente do TJPA, desembargador Roberto Gonçalves de Moura, o advogado Jarbas Vasconcelos, representando o Excelentíssimo governador do Estado Helder Barbalho, o procurador Geral da Alepa, Justiniano Alves Jr., o juiz convocado ao desembargo José Torquato Araújo Alencar, o Procurador de Justiça Waldir Macieira, a Dra. Mayara Cavalcante Silva, representando o ouvidor do TRE/PA, juiz Edmar Silva Pereira, dentre outras autoridades e ouvidores de várias instituições do Estado. Para o ouvidor Mairton Carneiro, "a ouvidoria é um instrumento indispensável à serviço do jurisdicionado".



Desembargadores Mairton Marques Carneiro e Roberto Gonçalves de Moura

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MINUTA

• A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que uma instituição privada de ensino superior que foi descredenciada pelo Ministério da Educação (MEC) durante a execução do contrato de prestação de serviços educacionais deve restituir a uma aluna os valores das mensalidades pagas. Segundo o colegiado, a instituição não viabilizou a obtenção do diploma pela estudante, o que caracteriza o descumprimento total do contrato.

• Além da restituição dos valores pagos, a instituição de ensino superior descredenciada foi condenada a pagar danos morais.

• Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

• O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) manteve condenação de empresa de telecomunicações por cobrança abusiva de metas. A prova testemunhal confirmou o comportamento abusivo da empresa em

relação à cobrança no atingimento das metas, com a exposição dos empregados por meio de ranking colocado em local de acesso dos outros trabalhadores e divulgado nos grupos de WhatsApp.

• O INSS poderá solicitar ao filiado a apresentação de documentos comprobatórios, quando não constarem no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, informações relativas a dados cadastrais da pessoa física, atividade, vínculos, remunerações e contribuições ou quando houver dúvida sobre a regularidade ou a procedência dessas informações, motivada por divergência, extemporaneidade ou insuficiência de dados, inclusive referentes ao empregador, ao filiado, à natureza da atividade ou ao vínculo.

• A conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço poderá ser movimentada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento.

Colaboração
Prof. Jaciel Papaléo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

O Conselho Tutelar do município de Igarapé-Miri tentou impedir o aborto legal de uma menina de 17 anos, vítima de violência sexual. Conselheiros enviaram um pedido formal ao Ministério Público para reconsiderar a ordem judicial de interrupção da gestação, “para que a adolescente leve mais adiante a gravidez, até completar cerca de 7 ou 8 meses, para que o serviço de saúde realize a cesárea e destine a criança recém-nascida para adoção.” O documento, divulgado na sexta-feira pela Agência Pública, foi enviado ao MP em 11 de março.

AUTORIZAÇÃO

O documento é assinado pelos conselheiros Elienai Silva Quaresma e Ana Alice da S. Santiago e por outras duas pessoas, cujas assinaturas estão ilegíveis. Elienai se apresenta como cantor e palestrante em igrejas evangélicas. A menina teria sido abusada pelo próprio pai, pelo padrasto e por vizinhos. Em 20 de janeiro, o MPPA pediu autorização judicial para o aborto legal. Na época, a adolescente tinha 18 semanas de gestação. Depois de longa espera, a paciente foi submetida à interrupção de gravidez na noite de quinta-feira (16), e segue internada.

ROMANCE

Depois de estrear no campo da literatura com o livro de contos “O Declamador e outras histórias”, o desembargador Milton Nobre, atualmente no exercício da consultoria jurídica, vai lançar seu primeiro romance, intitulado “Nunca é cedo para o amanhã”. A trama mistura suspense, com enredo cinematográfico. O lançamento será no Salão Nobre do TJPA, no dia 23 de março, às 17h. Antes de enveredar pela ficção, Milton construiu uma elogiada trajetória como autor de livros técnicos nas áreas do Direito, principalmente na seara.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

OAB-PA promove II Encontro de Lideranças Femininas

Belém sediou dia 9 o II Encontro de Lideranças Femininas da OAB-PA. No evento realizado no Hotel Atrium Quinta das Pedras, Diretoras e conselheiras destacaram os avanços na defesa das prerrogativas da advocacia feminina. A conselheira federal pela OAB-SC e vice-presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, Rejane Sanchez, ministrou a palestra "Desenvolver para liderar". As demais palestrantes foram Sandra Guimarães e Amanda Ramalho. Ângela Sales (2ª mulher a presidir a OAB-PA) recebeu o prêmio "Myrthes Gomes de Campos". As lideranças firmaram a "Carta de Belém", lida pela vice-presidente da OAB-PA e vice-diretora geral da ESA Nacional, Luciana Gluck Paul, que contém propostas para efetivação da participação das advogadas no Sistema OAB Pará.



Promotora Militar reúne com professores para tratar de abordagem policial à população LGBT

No último dia 9 o promotor de Justiça Militar Armando Brasil, e os professores Wilson Ataide, da Faculdade de Direito da UFPA que ministra disciplina sobre direitos da população LGBTQIAPN +; Davi Almeida, vinculado à grupo de pesquisa que trata de emprego, renda e trabalho Trans, desenvolvido pelo Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA; e Eliana Franco, que também pertence ao indicado grupo de pesquisa, reuniram para tratar de questões como a forma de tratamento e a abordagem policial da população LGBT.



DIA DA MULHER; PROGRAMAÇÃO DO TRE DO PARÁ É DESTAQUE NACIONAL NA TV JUSTIÇA

A programação em comemoração ao Dia Internacional da Mulher promovida pelo TRE do Pará foi destaque nacional na TV Justiça. A matéria da emissora destacou a participação da ministra Carmen Lúcia, do TSE e do STF, uma das palestrantes do evento. A magistrada falou sobre a participação feminina nos espaços de poder e debate a importância das mulheres na política para garantir o fortalecimento da nossa democracia. Os eventos do TRE foram organizados pela Escola Judiciária Eleitoral e Assessoria de Cerimonial.



ESCOLA JUDICIÁRIA DO TJPA E ESA/OAB-PA FECHAM PARCERIA

A desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Diretora-Geral da Escola Judicial do TJPA - EJPA, e a advogada Andreza Smith, diretora-geral da Escola Superior de Advocacia da OAB-PA e coordenadora do Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento na Amazônia, da UFPA, reuniram-se para firmar parcerias institucionais visando a realização de eventos jurídicos e a promoção de qualificação stricto sensu, para magistradas e servidores estaduais. A EJPA se prepara para ocupar sua nova sede na Antônio Barreto, considerado um dos mais bonitos e modernos espaços dentre as escolas judiciais brasileiras.



Sávio Barreto e Brenda Araujo reúnem grupo da advocacia

Um grupo representativo da advocacia paraense esteve reunido em um concorrido almoço organizado pelos advogados Sávio Barreto e Brenda Araujo na última sexta-feira. Na pauta, vários temas de interesse da classe. Sávio e Brenda foram os cabeças-da-chapa de oposição nas últimas eleições da OAB-PA. Em breve a dupla deve partir para uma série de visitas às principais cidades do Estado com o mesmo objetivo de conversar com a advocacia e discutir suas pautas.



Bolsa Família: comunidades pesqueiras querem derrubar decreto de Bolsonaro

O advogado Humberto Costa (esquerda na foto) esteve esta semana em Brasília com lideranças da pesca artesanal do Pará, para reivindicar junto ao ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula (centro), benefícios sociais às famílias das comunidades pesqueiras. O senador Beto Faro (PT) e a deputada

federal Divandra Faro (PT) também estiveram presentes. A principal pauta foi um decreto do ex-presidente Jair Bolsonaro que impede que o Bolsa Família (antigo Auxílio Brasil) seja recebido nos meses em que os pescadores recebem o seguro-defeso, prejudicando as famílias. A ideia é revogar a decisão.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após sequestro de empresário, Secretaria de Segurança do Pará deflagra operação de combate à criminalidade no Baixo Tocantins

Ações integradas seguem com fiscalizações e barreiras na rodovia estadual PA-151, diligências em busca e recaptura de foragidos da Justiça, cumprimento de mandados de prisões, patrulhamento e rondas ostensivas, e não tem data para terminar.

Por g1 Pará — Belém

17/03/2023 13h29 · Atualizado há 3 dias



Segup lança Operação "Esparavel" em combate à criminalidade na Região do Baixo Tocantins — Foto: Talison Lima/Agência Pará

[Após o sequestro de um empresário na cidade de Igarapé-Miri](#), na região do Baixo Tocantins, no nordeste paraense, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) deflagrou a operação integrada "Esparavel", na região. O objetivo é reforçar o efetivo policial na localidade.

A estratégia faz parte do projeto "Segurança Por Todo o Pará" que leva a polícia nas ruas com ações com ostensividade, mas também com investigação e repressão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ações no município

De acordo com o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Ualame Machado, a atuação das forças de segurança será através de diligências investigativas, abordagens, cumprimento de mandados judiciais, dentre outras que sejam necessárias para prevenir e coibir o crime.

Serão utilizados o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) móvel, aeronaves do Grupamento Aéreo de Segurança (Graesp), drones, e embarcações para dar o suporte às ações.

Já houve apreensões de drogas, aparelho celular, dinheiro (em espécie), e ainda apreensão de uma moto roubada.

As ações seguem por tempo indeterminado com fiscalizações e barreiras na rodovia estadual PA-151, diligências para busca e recaptura de foragidos da Justiça, cumprimento de mandados de prisões, patrulhamento e rondas ostensivas, tanto nas vias da cidade quanto nos furos dos rios, matas, e ainda, com monitoramento aéreo.

O lançamento da Operação ocorreu na última quinta-feira (16), na região do Baixo Tocantins, com o reforço de mais de 70 agentes de segurança, além do efetivo local.

Relembre o sequestro



Polícia investiga sequestro de empresário e dois funcionários em Igarapé-Miri

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Um empresário foi sequestrado em [Igarapé-Miri](#) na última terça-feira (14), quando ele saía de casa para trabalhar. Além dele, outras duas pessoas, vítimas do mesmo crime, foram liberadas ainda na terça.

O empresário foi liberado na tarde de quarta-feira (15) e no início da noite, a Polícia Civil informou que agentes policiais localizaram dois sequestradores envolvidos no crime. Em confronto com a polícia em São Caetano de Odivelas, os criminosos foram feridos e não resistiram.

Um inquérito policial foi instaurado para apurar a participação de outras pessoas e imagens de câmeras de segurança são analisadas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ginecologista volta a ser preso no Pará suspeito de abuso sexual contra pacientes

Ele já havia sido preso em 2020. Após recurso do Ministério Público, Justiça determinou nova prisão.

Por g1 Pará

17/03/2023 12h51 · Atualizado há um dia



Médico suspeito de violência sexual foi preso e levado para a Delegacia de Breu Branco, no Pará — Foto: TV Liberal/Repórter União

Um ginecologista foi preso nesta sexta-feira (17) em [Breu Branco](#), no sudeste do Pará, por suspeita de violação sexual mediante fraude no exercício da profissão.

Ele já [tinha sido preso em 2020](#), mas atualmente estava em liberdade. Segundo o Conselho Regional de Medicina do Pará, "o profissional encontra-se suspenso por ordem judicial".

A prisão desta sexta foi confirmada pela Polícia Civil. "Após julgamento de recurso no Ministério Público, foi decretada a prisão do médico", informou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"Durante as investigações, foram identificadas outras duas vítimas", disse ainda a polícia em nota nesta sexta (17), sem detalhar o número de vítimas. Em 2020, ao menos [oito vítimas procuraram a polícia com relatos de abuso pelo médico](#).

As denúncias na época da primeira prisão apontavam abuso durante exames ginecológicos, como contou uma das vítimas em 2020:

"Ele falou que era pra tirar a calcinha, já achei estranho porque era pra ele bater uma ultrassom. Deitei na maca, ele colocou a luva e [introduziu os dedos dele por vários minutos](#). Aí ele estava bem próximo, que eu sentia o órgão genital dele devido eu estar com as pernas abertas e ele bem encostado" - relembre no vídeo abaixo.



Polícia investiga denúncias contra ginecologista no sudeste do Pará

Em 2020, a polícia informou que o médico trabalhou nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, além do Pará. A defesa dele alegou ainda em 2020 que ia demonstrar sua inocência.

Não foi detalhado pelas autoridades desde quando ele estava em liberdade. O recurso do MP e o pedido para que ele voltasse a ser preso foi julgado neste mês pela Justiça. O **g1** não conseguiu contato com a defesa do médico sobre a nova prisão.

Apuração no CRM

O Conselho de Medicina informou que ainda em 2020 "efetivou todas as medidas legais previstas a fim de apurar o fato", mas que o procedimento estava parado por "ausência de maiores subsídios, inclusive pela falta dos documentos".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Com a nova prisão, o CRM vai pedir "a documentação pertinente para viabilidade da apuração do fato", informou em nota.

Denúncias

Segundo a Polícia Civil, mulheres que tenham sido vítimas do médico e que ainda não tenham denunciado o caso, podem procurar a Delegacia do Breu Branco, responsável pela atual prisão. O telefone é 94 99917-4740.

Qualquer tipo de violência ou abuso contra a mulher pode ser denunciado por meio do números 190 e 181, ou pelo aplicativo de mensagens da Iara, pelo número 91 98115-9181.

As denúncias também podem ser feitas diretamente nas delegacias especializadas no atendimento à mulher ou em qualquer unidade policial.

No último sábado (11), [outro ginecologista foi preso](#) suspeito de abusar sexualmente de uma paciente grávida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

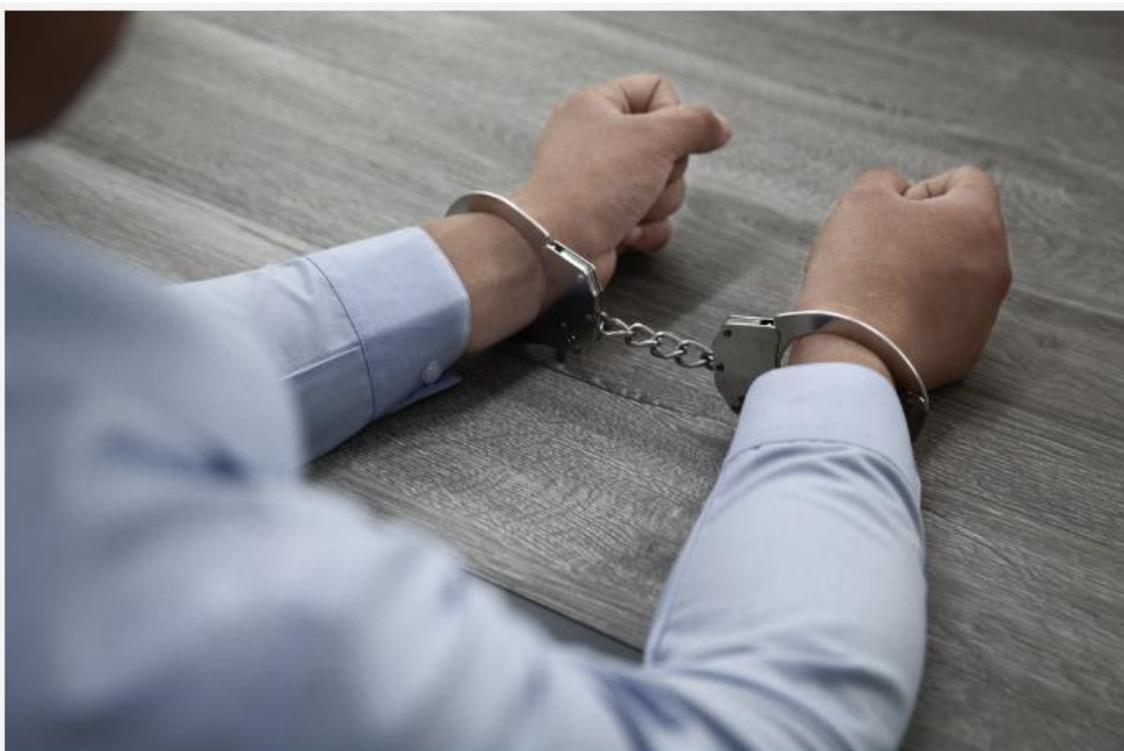


VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Acusado de abusar de pacientes, médico é preso em Tucuruí

Polícia Civil prendeu o médico ginecologista acusado de abuso sexual mediante a fraude nesta sexta-feira (17), em Tucuruí

🕒 sexta-feira, 17/03/2023, 15:35 - Atualizado 17/03/2023, 15:35 - 🧑 Autor: DOL



📷 Médico é investigado desde 2020 | (Foto: Freepik)

A Polícia Civil cumpriu o mandado de prisão contra o médico ginecologista acusado de abusar sexualmente de mulheres que eram pacientes de uma clínica particular em Breu Branco, sudeste do Pará. O acusado foi preso nesta sexta-feira (17), em Tucuruí.

[O médico já havia sido preso em 2020 com a mesma acusação de abuso sexual mediante a fraude no exercício da função.](#) Na época, a prisão ocorreu após uma mulher de 29 anos denunciar que foi abusada pelo acusado. No entanto, o ginecologista havia conseguido uma liminar na justiça e foi solto.

Mas, neste mês de março, o caso voltou ao Tribunal de Justiça, que julgou um recurso do Ministério Público e decretou novamente a prisão do acusado.

Acusação

O médico é acusado de ter abusado sexualmente de mulheres que se consultavam com ele em um laboratório particular em Breu Branco. Na época, o trabalho de investigação da Polícia Civil foi realizado durante a Operação Obsidere.

A ação foi desencadeada a partir de um Boletim de Ocorrência Policial feito na Delegacia de Breu Branco por uma mulher de 29 anos. A vítima contou que o crime ocorreu durante uma consulta ginecológica no laboratório do médico.

A vítima passou por exames de corpo de delito que confirmaram a agressão. Desde então, a polícia está investigando o caso. Em nota, a Polícia Civil afirmou que durante as investigações foram identificadas outras duas vítimas.

Na última semana, no dia 11 de março, outro médico ginecologista, de 76 anos, foi preso, também acusado de abusar sexualmente de uma paciente grávida. Mas, a polícia informou que os casos não têm relação.

“A Polícia Civil do Pará informa que cumpriu, nesta sexta-feira (17), mandado de prisão preventiva contra um médico ginecologista suspeito de violação sexual mediante fraude no exercício da profissão. O médico é investigado desde 2020 por crime praticado na cidade de Breu Branco. Durante as investigações, foram identificadas outras duas vítimas. Após julgamento de recurso no Ministério Público, foi decretada a prisão do médico. A Polícia Civil informa ainda que o caso não tem relação com a prisão de outro médico ginecologista, feita no dia 11, em Tucuruí”, disse a nota.

Como denunciar

A Polícia Civil também pede que mulheres que tenham sido vítimas do médico – ou de outros – denunciem o caso junto à delegacia de Breu Branco, ou pelo número 190. Também é possível denunciar por meio do 181, ou pelo canal do WhatsApp, com a assistente virtual Iara, número (91) 98115-9181.

Conselho de Medicina

Através de nota, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará identificou o médico como Orlando Veiga Filho, e esclareceu que efetivou, ainda, ano a ano de 2020, todas as medidas legais previstas na Lei nº 3.268/57 e Resoluções do Conselho Federal de Medicina, a fim de apurar o fato.

No entanto, em razão da ausência de maiores subsídios, inclusive pela falta dos documentos solicitados por este Regional, o procedimento encontra-se sobrestado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Todavia, em razão da notícia veiculada, será novamente requerida a documentação pertinente para viabilidade da apuração do fato.

O Conselho Regional de Medicina ressaltou, ainda, que os procedimentos no âmbito dos conselhos de medicina tramitam sob sigilo, conforme artigo 1º, do Código de Processo Ético Profissional.

A nota afirma, ainda, que o profissional encontra-se suspenso por ordem judicial até a presente data.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br